20 — O provimento definitivo na carreira faz-se após período probatório de um ano, o qual integra a formação inicial prevista no anexo IV ao Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, por remissão do artigo 3.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 241/2004, de 30 de Dezembro.

20.1 — A falta de aproveitamento na formação inicial, referida no número anterior, implica a cessação da comissão de serviço e o regresso ao lugar de origem ou o não provimento, consoante se trate de indivíduos vinculados ou não à função pública.

Um dos lugares será a preencher por pessoa com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

28 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Macedo Vieira*.
1000306044

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Aviso

Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, vice-presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, torna público que foi aprovado por unanimidade a alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade para o concelho de Rio Maior na versão integral publicada no apêndice n.º 58 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, a p. 73, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15 de Setembro de 2006 sob a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 23 de Agosto de 2006.

20 de Setembro de 2006. — O Vereador, *Carlos Alberto Nazaré Almeida*.
1000306041

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Aviso n.º 52/2006

Renovação de trabalho a termo resolutivo, celebrado ao abrigo artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (artigos 129.º a 142.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) (artigos 8.º a 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho).

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente de 18 de Agosto de 2006, foi renovado contrato de trabalho a termo resolutivo, com:

Ana Sofia Lourenço Baptista, equiparado à categoria de auxiliar administrativo, do grupo de pessoal auxiliar, com efeitos em 1 de Setembro de 2006.

Emanuel da Conceição Soares, equiparado à categoria de motorista de ligeiros, do grupo de pessoal auxiliar, com efeitos em 1 de Setembro de 2006.

[Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

21 de Agosto de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*).
1000306052

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e por despacho exarado em 29 de Agosto de 2006, se procedeu à renovação do contrato de trabalho a termo certo, por mais um ano, com Ana Maria Santos Moreira, Carla Sofia Jorge Marques, Maria da Conceição Silva

Ideia, Maria Lilita Dias Rodrigues, Natália Maria Fojo Craveiro Abreu, Sara Filipa Vieira Reis e Susana Bento da Costa das Neves, com a categoria de auxiliar de acção educativa.

(Isento do visto do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.
1000306023

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e por despacho exarado em 11 de Setembro de 2006, se procedeu à renovação do contrato de trabalho a termo certo, por mais três anos, com Ana Catarina Ferreira Nunes Pereira, com a categoria de técnica superior de psicologia.

(Isento do visto do Tribunal de Contas.)

12 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.
1000306024

Aviso

Procedimento concursal para provimento de um cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Social.

1 — Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 30 de Maio de 2006, e nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, com a redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, é aberto procedimento concursal para provimento do seguinte cargo dirigente, em comissão de serviço:

Direcção intermédia do 2.º grau — chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Social — um lugar.

2 — Área actuação — estrutura e organização dos serviços da Câmara Municipal de Torres Novas, publicado no apêndice n.º 8 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 24 de Janeiro, e artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006.

3 — O procedimento concursal encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias a contar do dia seguinte à data da publicação na bolsa de emprego público.

4 — São requisitos obrigatórios para a candidatura os previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, por remição do artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 93/2004, com a redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

5 — Perfil pretendido:

Licenciatura em Economia, Gestão ou Gestão de Recursos Humanos.

Perfil técnico:

Conhecimentos profundos de fundos comunitários, quadro comunitários de apoio, directivas comunitárias, elaboração de candidaturas comunitárias;

Conhecimento profundos da realidade municipal e regional, designadamente no domínio económico-social e cultural.

Perfil pessoal:

Capacidade de iniciativa e autonomia;
Capacidade de organização e coordenação;
Espírito de liderança

6 — Método de selecção — avaliação curricular; entrevista profissional de selecção (pública).

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara, e entregues pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 17 horas, ou enviada por carta registada endereçada à Câmara Municipal de Torres Novas,

Rua do General António César Vasconcelos Correia 2350-421 Torres Novas, no prazo de 10 dias a contar do dia seguinte ao da publicação na Bolsa de Emprego, contendo os elementos de identificação, residência, cargo a que se candidata, menção do aviso no *Diário da República*, e instruída obrigatoriamente com *curriculum vitae* datado e assinado, certificado de habilitações literárias, certificados de formação profissional e outros documentos que comprovem as declarações prestadas pelo candidato, bem como documento comprovativo de vínculo à função pública.

8 — O júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente do júri — Pedro Paulo Ramos Ferreira, vice-presidente da Câmara Municipal de Torres Novas.

1.º vogal — Dr. Nuno Ferreira da Costa Domingos, director do Departamento de Assuntos Culturais da Câmara Municipal de Santarém.

2.º vogal — professor adjunto Luís Filipe Martins Rainha, da Escola Superior de Gestão de Santarém.

9 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com grau de incapacidade igual ou superior a 60 % tem preferência em igualdade de classificação.

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

8 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.
1000306063

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do vereador com competências delegadas de 19 de Dezembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão de estagiários para provimento de dois lugares de técnico superior de 2.ª classe (turismo), para exercer funções na Divisão de Cultura e Turismo.

2 — Conteúdo e área funcional:

Conteúdo funcional — é o constante do Despacho n.º 7014/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Abril de 2002; Área funcional — turismo.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares indicados e para os que vagarem no prazo de um ano a contar da data da publicitação da lista de classificação final.

4 — Local, condições de trabalho e vencimento — o local de trabalho situa-se na circunscrição do município de Torres Vedras, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local. O vencimento resultará da aplicação do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Requisitos de admissão — nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, só podem ser admitidos a concurso os candidatos que reúnam os requisitos gerais e especiais e que deles façam prova pelas formas previstas no n.º 6.2 do presente aviso dentro do prazo para entrega de candidaturas:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — Requisito especial de admissão — licenciatura em Turismo e ou em Línguas e Literaturas Modernas.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Avenida de 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, podendo ser entregues pessoalmente nesta Câmara na Secção de Expediente Geral e Arquivo para registo de entrada, ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas. Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação emissor, número de contribuinte fiscal, morada, código postal);

b) Identificação do concurso a que se candidata, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;

c) Especificação de quaisquer outros elementos susceptíveis de influírem na apreciação do mérito ou constituírem motivo de preferência legal.

6.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, nos termos dos artigos 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) *Curriculum vitae* actualizado, detalhado, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e ou profissionais, formação profissional e experiência profissional;

b) Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão a concurso, referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*), *e*) e *f*) do n.º 5.1 do presente aviso, ou declaração do candidato, sob compromisso de honra, e por alíneas separadas, sobre a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos;

c) Documento comprovativo do requisito habilitacional e ou profissional referido no ponto 5.2 do presente aviso mediante a entrega de certificado ou outro documento idóneo (fotocópia ou original).

6.3 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei.

6.4 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos no presente aviso determina a exclusão do concurso.

6.5 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descrever, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

7 — Métodos de selecção:

7.1 — Prova oral de conhecimentos (*POC*), de natureza teórica, com consulta, sendo a sua classificação expressa na escala de 0 a 20 valores.

7.1.1 — Programa da prova de conhecimento — Organização dos Serviços Municipais, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 204, apêndice n.º 135, de 4 de Setembro de 2003; Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, rectificado pela declaração de 30 de Abril de 1984, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 100 (3.º suplemento); Deontologia Profissional — Dez princípios éticos da Administração Pública; Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, rectificado pelas Declarações de Rectificação n.ºs 22-A/92, de 29 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 51 (3.º suplemento), e 265/91, de 31 de Dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro; Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas — aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2005, de 22 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de Julho, e pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro; Regime da Realização das Despesas Públicas — aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2005, de 22 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro.

7.1.2 — Duração das provas de conhecimentos — vinte minutos.

7.2 — Entrevista profissional de selecção (*EPS*), em que serão avaliadas as aptidões profissionais dos candidatos para o desempenho da função, com base na análise do respectivo currículo e através da ponderação dos seguintes factores de apreciação: modo de participação na entrevista, capacidade de expressão e fluência verbal, capacidade de relacionamento interpessoal, adaptação do percurso profissional e motivação para as funções a exercer.